

na 2.ª série do *Diário da República* de 23 de Julho de 2004, nomeio, em regime de substituição, chefe de secção, o assistente administrativo especialista António Carlos Alves Mendes.

24 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral, *António Sousa de Macedo*.

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 5533/2005 (2.ª série). — Após publicitação na bolsa de emprego público e no jornal *24 Horas*, de 6 de Janeiro de 2005, do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) para a Divisão de Identificação Animal e Registo de Explorações, da Direcção de Serviços de Saúde Animal, da Direcção-Geral de Veterinária, deram entrada quatro candidaturas para o referido lugar.

Considerando que a candidata licenciada Patrícia Isabel Delgado da Rocha Vilhena Clemente possui o perfil mais adequado para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada de competência técnica e aptidão para o exercício das funções de direcção, coordenação e controlo, adequadas ao cargo referido:

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a licenciada Patrícia Isabel Delgado da Rocha Vilhena Clemente para o cargo de chefe da Divisão de Identificação Animal e Registo de Explorações, da Direcção de Serviços de Saúde Animal, desta Direcção-Geral, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir do próximo dia 1 de Março.

Anexa-se síntese da nota curricular académica e profissional da nomeada.

18 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral, *Carlos Agrela Pinheiro*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Patrícia Isabel Delgado da Rocha Vilhena Clemente.

Data de nascimento — 4 de Julho de 1966.

Habilitações — licenciatura em Medicina Veterinária pela Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, em 1991.

Lugar do quadro — técnica superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste.

Actividade profissional:

De Julho de 1991 a Maio de 1994 exerceu actividade profissional na Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite no concelho de Mafra, na área de clínica e reprodução de bovinos leiteiros e na área de sanidade e profilaxia animal no seu Agrupamento de Defesa Sanitária — ADS de Mafra;

De Junho a Novembro de 1994 esteve inserida num projecto a decorrer no INETI, no Departamento de Biotecnologia, onde realizou investigação na área de estabelecimentos de modelos animais. Foi responsável pela validação do modelo animal para a artrite reumatóide. A investigação foi orientada pela Dr.ª Luísa Corvo e coordenada pela Dr.ª Maria Eugénia Meirinhos da Cruz, tendo sido desenvolvido trabalho laboratorial e elaborada uma dissertação escrita;

De Janeiro de 1995 a Dezembro de 1996 desenvolveu trabalho na área de inspecção sanitária de animais de talho (bovinos, suínos e pequenos ruminantes) em diversos matadouros e salas de desmancha;

Em Dezembro de 1996 presta assessoria ao director de serviços de Veterinária, na área de inspecção sanitária e de higiene pública veterinária;

Por despacho de 4 de Maio de 1998 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste foi nomeada, precedendo concurso, técnica superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;

Em 1 de Agosto de 2001 foi nomeada, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;

Desde 9 de Abril de 2001, por despacho do director de serviços, ficou responsável pela coordenação regional da área de avicultura, onde desempenha as seguintes funções:

Participar no registo e na autorização das explorações avícolas, cunícolas e das unidades e centros de quarentenas de aves exóticas provenientes de países terceiros;

Registrar ocorrências sanitárias e executar, registar e controlar as medidas de polícia sanitária subsequentes;
Tratar informação técnica no âmbito dos planos de vigilância;
Controlar os operadores as trocas intracomunitárias de animais vivos;
Tratar informação técnica e controlar as inspecções às explorações no âmbito da pesquisa de resíduos;
Verificar condições de bem-estar animal nas explorações;
Proceder ao registo e análise técnico-administrativo dos dados e informações referentes ao bem-estar animal;
Participar em processos de contra-ordenação;
Gerir informação técnica;

Em Setembro de 2003 foi convidada a participar no Projecto Balcão Verde — serviço de atendimento permanente da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), que visa simplificar o contacto entre o cidadão e o MADRP, induzindo ganhos de eficiência e de eficácia significativos, e que assentará em sistemas de informação integrados, usufruindo das tecnologias de informação e comunicação.

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Despacho n.º 5534/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Fevereiro de 2005 do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação:

Manuel Abreu Rodrigues, tractorista, da carreira de tractorista, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho — autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

2 de Março de 2005. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

Despacho n.º 5535/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Fevereiro de 2005 do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação:

António Pedro Tavares Guerra, técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho — autorizado o seu regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração com a mesma categoria e para o mesmo quadro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

2 de Março de 2005. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Aviso n.º 2600/2005 (2.ª série). — *Manutenção do reconhecimento de organismo privado de controlo e certificação.* — A CERTIALENTEJO — Certificação de Produtos Agrícolas, L.ª, foi reconhecida como organismo privado de controlo e certificação (OPC) de diversos produtos cujos nomes são denominações de origem ou indicações geográficas reconhecidas ao nível nacional ou já protegidas ao nível comunitário. A mesma entidade foi, ainda, reconhecida como OPC para o controlo e certificação de produtos obtidos quer de acordo com o modo de produção biológico quer em protecção integrada.

De acordo com o disposto no n.º 4 do anexo iv do Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho, foi verificada, quer a conformidade da documentação fornecida pela empresa com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do anexo iv do Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho, quer a satisfação dos critérios gerais para organismo de certificação de produtos estipulados na norma NP EN 45 011:2001.

Nos termos previstos nos n.ºs 5 e 8 dos mesmos anexo e despacho, torna-se público o seguinte:

1 — É mantido o reconhecimento existente para controlo e certificação de:

CARNALENTEJANA — DOP, Carne Mertolenga — DOP, Carne da Charneca — DOP, Borrego do Baixo Alentejo — IGP, Chouriço de Carne de Estremoz e Borba — IGP, Chouriço Grosso de Estremoz e Borba — IGP, Farinheira de

Estremoz e Borba — IGP, Morcela de Estremoz e Borba — IGP, Paia de Lombo de Estremoz e Borba — IGP, Paia de Toucinho de Estremoz e Borba — IGP, Paio de Estremoz e Borba — IGP, Paio de Beja — IG, Linguíça do Baixo Alentejo — IG e Azeite do Alentejo Interior — DO;

Produtos agrícolas vegetais não transformados, animais e produtos animais não transformados, produtos agrícolas, vegetais e animais transformados destinados à alimentação humana, alimentos para animais, alimentos compostos para animais e matérias-primas para alimentação animal, produzidos, importados ou transformados de acordo com o modo de produção biológico;

Produtos obtidos de acordo com a prática da protecção integrada.

2 — O presente aviso produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

10 de Fevereiro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Aviso n.º 2601/2005 (2.ª série). — *Manutenção do reconhecimento de organismo privado de controlo e certificação.* — A Tradição e Qualidade — Associação Interprofissional para os Produtos Agro-Alimentares de Trás-os-Montes foi reconhecida como organismo privado de controlo e certificação (OPC) de diversos produtos cujos nomes são denominações de origem ou indicações geográficas reconhecidas ao nível nacional ou já protegidas ao nível comunitário. A mesma entidade foi, ainda, reconhecida como OPC para o controlo e certificação de produtos obtidos em protecção integrada.

De acordo com o disposto no n.º 4 do anexo IV do Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho, foi verificada quer a conformidade da documentação fornecida pela empresa com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do anexo IV do Despacho Normativo n.º 47/97, de 30 de Junho, quer a satisfação dos critérios gerais para organismo de certificação de produtos estipulados na norma NP EN 45 011:2001.

Nos termos previstos nos n.ºs 5 e 8 dos mesmos anexos e despacho, torna-se público o seguinte:

1 — É mantido o reconhecimento existente para:

Cordeiro de Barroso — IG, Cabrito de Barroso — IGP, Carne Maronesa — DOP, Carne Mirandesa — DOP, Carne de Bovino Cruzado dos Lameiros de Barroso — IGP, Presunto de Barroso — IGP, Salpicão de Vinhais — IGP, Chouriça de Carne de Vinhais — IGP, Alheira de Mirandela — ETG-RP, Castanha da Terra Fria — DOP, Castanha de Padrela — DOP, Amêndoa Douro — DOP, Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo — DOP, Frutos em Vinho do Porto — ETG-RP, Mel de Barroso — DOP, Queijo Terrincho — DOP, Batata de Trás-os-Montes — IG, Borrego Terrincho — DOP, Alheira do Barroso-Montalegre — IG, Chouriça de Carne de Barroso-Montalegre — IG, Chouriço de Abóbora do Barroso-Montalegre — IG, Salpicão do Barroso-Montalegre — IG e Sanguieira do Barroso-Montalegre — IG;

Frutos em Vinho do Porto — ETG (RP);

Controlo e certificação de produtos obtidos de acordo com a prática da protecção integrada.

2 — O presente aviso produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

10 de Fevereiro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas

Despacho (extracto) n.º 5536/2005 (2.ª série). — Por despachos de 12 e de 22 de Novembro respectivamente do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e do presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica:

Pedro Miguel Nunes Ramos, técnico de informática, grau 1, nível 2, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural — transferido para idêntica categoria do quadro do ex-INIA, com efeitos a 2 de Março de 2005, considerando-se exonerado das funções anteriores a partir da data da aceitação do lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vitor Lucas*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 5537/2005 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001, de 28 de Fevereiro, aprovou a organização e gestão curricular do ensino básico.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro, foi introduzida a área curricular disciplinar Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no currículo do 9.º ano de escolaridade.

Considerando que:

A área curricular TIC foi implementada no 9.º ano de escolaridade do ensino básico, pela primeira vez, no corrente ano lectivo de 2004-2005;

Os recursos tecnológicos e humanos para a leccionação da referida área curricular disciplinar são ainda insuficientes, afectando a sua normal leccionação;

A disparidade, quer de equipamentos quer de aprendizagens adquiridas pelos alunos nesta área curricular, implica que não estão asseguradas as condições de igualdade que constituem o pressuposto de realização do exame do TIC do 9.º ano de escolaridade;

O n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, prevê a possibilidade de definição, por despacho do Ministro da Educação, dos mecanismos de transição para os desenhos curriculares por si aprovados:

Determino o seguinte:

O exame da área curricular de Tecnologias de Informação e Comunicação, do currículo do 9.º ano de escolaridade, apenas terá lugar no ano lectivo de 2005-2006.

25 de Fevereiro de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria do Carmo Félix da Costa Seabra*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa

Despacho n.º 5538/2005 (2.ª série). — Maria Coimbra da Silva Godinho (Maria Godinho), nome que se manteve na memória local associado ao contributo dado ao concelho pelo marido, Manuel Pereira Godinho, ex-emigrante do Brasil. A este bememérito se deve a doação dos terrenos e a construção da escola local para os dois sexos (actual E. B. 1 de Arroiteia n.º 1, Nogueira do Cravo), edificada como forma de perpetuar a memória da sua mulher e inaugurada em 1913.

O município de Oliveira de Azeméis, atento à necessidade da identificação da comunidade local à sua Escola, propõe a homenagem justa da atribuição do seu nome à actual Escola E. B. 1 de Arroiteia n.º 1, Nogueira do Cravo.

Assim, preenchidos os requisitos e formalidades previstos no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, determino que a Escola E. B. 1 de Arroiteia n.º 1, Nogueira do Cravo, passe a denominar-se Escola Básica do 1.º Ciclo Maria Godinho, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis.

10 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Educativa, *José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro*.

Despacho n.º 5539/2005 (2.ª série). — Licenciado em Ciências Matemáticas, João de Freitas Branco (1922-1989) leccionou no Colégio Manuel Bernardes, mas cedo enveredou pela área da música como musicólogo e crítico.

Participou em programas musicais na Emissora Nacional, a partir de 1944, e, na mesma emissora, criou o programa *O Gosto pela Música*, difundido durante 29 anos consecutivos (1956-1986).

Em 1948 integrou o grupo de fundadores da *Juventude Musical Portuguesa* (JMP).

Foi um dos primeiros apresentadores e autor de programas musicais da Rádio Televisão Portuguesa (RTP).

Em Caxias, para onde se mudou em 1957, produziu algumas das suas principais obras e, aí, na década de 60, criou uma importante tertúlia intelectual, por onde passaram diversos expoentes da cultura nacional.

Exerceu diversos cargos, designadamente: director do Teatro Nacional de São Carlos; director-geral dos Assuntos Culturais e Secretário de Estado da Cultura e Educação, e foi laureado com vários prémios nacionais e internacionais, como sejam: Prémio da Imprensa para o melhor apresentador de televisão (1968) e a Comenda da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (1973).